



Militarização importa: ressonâncias retóricas e mercado do militarismo¹

Anna Leander 

Doutora em Ciências Sociais e Políticas, Professora do Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política, Geneva Graduate Institute, Genebra, Suíça, e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

Email: anna.leander@graduateinstitute.ch

Apoena Mano 

Tradutor - Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de Doutorado FAPESP

Email: apoenamano@usp.br

Resumo

“Militarização não é o problema” foi o título de uma recente conferência realizada por Mark Neocleous. Muitos acadêmicos em estudos críticos de segurança compartilham essa mensagem. Pesquisadores deveriam evitar um conceito que faz mais mal do que bem. Deveriam “esquecer a militarização”, como diz Alison Howell. Embora compartilhando a preocupação de que o termo possa desviar a atenção da violência policial e do racismo epistêmico que sustentam tais conclusões, este artigo argumenta que, apesar disso, pode valer a pena preservar o termo militarização, porque ele também traz uma importância política e analítica que precisa ser preservada, se não fortalecida. Recuperando o que Frazer e Hutchings chamam de “ressonância retórica”, sugiro que o termo “militarização” ressoa com debates, classificações discursivas e atmosferas, fornecendo-nos uma melhor compreensão do militarismo de mercado contemporâneo, capilar, em suas muitas formas de mutação. Descartar a militarização é abrir mão de aberturas analíticas e sintonia política. Eu desdobro esse argumento com enfoque sobre as ressonâncias da militarização com os processos de mercado difundindo e aprofundando o domínio das preocupações militares e desmobilizando a resistência. As ressonâncias da militarização tornam a administração, a comercialização e a materialização da segurança em infraestruturas menos inócuas e, portanto, perturbam a desmobilização da resistência que as facilita. As ressonâncias da “militarização” quebram o silêncio em torno do militarismo de mercado, os processos que o geram e a imbricação de práticas de conhecimento (incluindo pesquisas acadêmicas) com eles. A militarização, portanto, importa

¹ Artigo originalmente publicado na Revista Critical Military Studies, em 2022.



mesmo quando está em tensão com o racismo epistêmico e a violência policial. Portanto, aprofundar o engajamento com a militarização, para transformá-la, tem importância analítica e política.

Palavras-chave: gestão, marketing, materialismo, resistência, segurança comercial.

Militarization matters: rhetorical resonances and the market of militarism

Abstract

“Militarization is not the problem” was the title of a recent conference contribution by Mark Neocleous. Many scholars in critical security studies share its message. Researchers on their account should shun a concept that does more harm than good. They should ‘forget militarization’ as Alison Howell puts it. While sharing the concern that the term might direct attention away from police-violence and epistemic racism underpinning such conclusions, this article argues that the term militarization may be worth preserving in spite of this because it also does important political and analytical work that needs to be preserved if not strengthened. Recovering what Frazer and Hutchings term ‘rhetorical resonance’, I suggest that the term ‘militarization’ resonates with debates, discursive classifications and atmospheres, giving us a better grasp of contemporary, capillary, market militarism in its many morphing guises. Jettisoning militarization is to relinquish analytical openings and political attunement. I unpack this argument focusing on the resonances of militarization with market processes diffusing and deepening the grip of military concerns and de-mobilizing resistance. The resonances of militarization make managing, marketing, and materializing security into infrastructures less innocuous and hence trouble the de-mobilizing of resistance that ease them. The resonances of ‘militarization’ break the silence surrounding market militarism, the processes generating it and the imbrication of knowledge practices (including the academic and scholarly) with them. Militarization therefore matters even when it stands in tension with epistemic racism and police violence. Therefore, deepening the engagement with militarization, to transform it, is important analytically and politically.

Keywords: Management; marketing; materialism; resistance; commercial security.

Introdução

Esta relação séria e fundamental entre luta e verdade, dimensão em que a filosofia se desenvolveu durante séculos e séculos, apenas se dramatiza, define, perde seu sentido e eficácia nas polêmicas internas ao discurso teórico. Portanto, em tudo isso, proporei apenas um imperativo, mas será categórico e incondicional: nunca se envolver em polêmicas (Foucault, 2007: 4).²

É fácil compartilhar a denúncia de Foucault às polêmicas. Provoações, em contraste, talvez devam ser bem-vindas? Eles colocam as coisas no limite. Eles provocam reações que nos ajudam a aguçar argumentos e ideias. Provoações podem desencadear o tipo de “não” que é “o germe da consciência” (Stengers, 2008: 106). Eles nos impulsionam a afiar nossos argumentos. É com este espírito que responderei às recentes e provocativas rejeições à militarização. A provocação que desencadeou este artigo (e o dossiê no qual foi publicado³) foi uma palestra de Mark Neocleous em um workshop no Rio de Janeiro sobre as ‘modalidades cotidianas da guerra’ (no original: *Everyday Modalities of War*). A chamada de trabalhos para o evento posicionou a militarização no centro da discussão (Herz, Tabak e Trindade, 2019). Neocleous respondeu a essa chamada com uma palestra intitulada ‘Militarization is not the problem’ (ou ‘Militarização não é o problema’, em português) (Neocleous, 2019). Esta palestra foi realizada em um contexto em que muitos preferem substituir o foco na guerra, militares, militarização e militarismo por um foco no policiamento, profissionais de segurança e securitização. Por várias razões, contraditórias e muitas vezes bem argumentadas, a militarização é considerada antiquada, inepta ou contraproducente e prejudicial. De acordo com seus críticos, ela reifica arranjos conceituais e institucionais que separam segurança e guerra, perdendo de vista transformações contemporâneas centrais e perpetuando nossa ignorância sobre a violência e as experiências bélicas que a excedem. A melhor opção seria, portanto, “esquecer a militarização” (Howell, 2018).

Em termos tão inequívocos como estes, permitam-me discordar. Mesmo que a crítica da militarização esteja direcionando a atenção para questões que são importantes e precisam ser abordadas, descartar o conceito não ajuda. Em muitos contextos, a militarização precisa ser lembrada e realmente importa. Nomeá-la chama a atenção para os processos que fazem da “militarização da política uma parte do jogo político” (Huysmans, 2014: 49). Mais precisamente, nomeá-la também gera “ressonâncias retóricas” que se relacionam com esses processos de maneiras que potencialmente podem perturbá-los. A perspectiva necessariamente parcial sobre a militarização da política é, portanto, significativa em termos tanto analíticos quanto políticos em alguns contextos. Foi isso que motivou os organizadores brasileiros do workshop no Rio a localizá-la no cerne da chamada de trabalhos do workshop. Naquele contexto, nomear a militarização era chamar a atenção e perturbar os preocupantes processos que sustentam as “modalidades cotidianas de guerra” no Brasil de Bolsonaro. É também o caso dos mercados militares que discutirei na segunda parte deste artigo. Como demonstrarei, os três tipos de ressonâncias retóricas (situadas e, portanto, em mutação) de militarização introduzidas no primeiro capítulo chamam a atenção e causam distúrbios no que chamo de “militarismo de mercado”. Trabalhar com o conceito de militarização é, portanto, importante. No entanto, fazer isso requer aceitar o significado de “perspectivas parciais” (Haraway, 1988). Assim como os físicos não ‘esquecem’ as

² Tradução feita diretamente da citação da autora [Nota da Revisão].

³ A autora refere-se aqui ao dossiê editado por Manuela Trindade Viana, Jana Tabak e Monica Herz e publicado em 2024 na Revista Critical Military Studies. [Nota da Revisão].

partículas - ou argumentam que elas 'não são o problema' - porque também existem ondas e porque observar ondas e partículas simultaneamente é impossível (Barad, 2007), também pode fazer bem a estudiosos das ciências sociais ter mais cuidado antes de condenar conceitos - como militarização - porque as perspectivas parciais que eles abrem diferem daquelas que desejam privilegiar.⁴ Alianças, companheirismo e solidariedade - não rejeição ou amnésia coletiva - são necessários, como Cynthia Enloe (ecoando os estudos feministas em geral) insistiu ao longo de sua carreira e também reiterou no workshop do Rio enquanto respondia à provocação que este artigo também está discutindo.

Para desenvolver esse argumento, primeiro eu discuto a noção de “ressonâncias retóricas” da militarização. Estendendo um argumento que Frazer e Hutchings fazem sobre a política feminista de nomear a violência em direção à política de nomeação da militarização, sugiro que nomeações geram ressonâncias em três direções: ressonâncias com conotações situadas em um debate específico, com esquemas gerais de classificação e com práticas materiais-estéticas corporificadas. Mais do que isso, as ressonâncias retóricas são com e, portanto, analítica e politicamente transformadoras. Elas abrem espaços para observar e perturbar a política de debates, esquemas classificatórios e práticas corporificadas. A maneira como elas (as ressonâncias retóricas) fazem isso é necessariamente situada e em mutação, conforme apresento, com base na ressonância retórica da militarização no workshop do Rio e nas formas capilares e em evolução do militarismo contemporâneo (ou modalidades cotidianas de guerra, como o texto de chamada do workshop menciona). Na segunda parte do artigo, mobilizo essa compreensão da ressonância retórica para direcionar atenção aos efeitos da nomeação da militarização no contexto dos mercados militares contemporâneos. Mostro que as ressonâncias retóricas geradas ao nomear “militarização” chamam a atenção e perturbam os processos subjacentes ao que chamo de “militarismo de mercado”. Mais especificamente, nomear a militarização direciona a atenção e perturba a gestão que dissemina a presença das questões militares, o marketing que as aprofunda, a materialização que as fixa nas infraestruturas e a desmobilização da resistência que as facilita. Na conclusão, volto às provocações originais, bem-vindas, de Neocleous, Howell e outros, sublinhando sua importância como uma oportunidade para recuperar e revisar a “militarização” de uma maneira que a faça ressoar com mais força e eficácia.

Ressonâncias retóricas: nomear a militarização para problematizá-la

‘Nomen est Omen’. O nome é destino, uma benção ou maldição que condiciona uma trajetória de vida ou projeto... A nomeação é um ato político imaginativo que indica mais do que políticas e projetos específicos”, argumenta Douzinas (2012: 35) em seu envolvimento com “tipos de resistência”. Mas por que insistir na importância dos nomes e da nomenclatura? A resposta que desenvolvo nesta seção é que os nomes têm “ressonâncias retóricas”. Os nomes ressoam de maneiras que amplificam certas coisas e desvalorizam outras. Assim, eles sintonizam os observadores, mas também os observados com os quais eles ressoam algumas coisas em vez de outras, afetando assim suas práticas. Nesse sentido, as ressonâncias permanecem e vivem dentro e além do observado e do observador. Elas se tornam um destino, uma benção ou uma maldição, como diz Douzinas. Isso é profundamente político. Sintonizar e amplificar algumas coisas em detrimento de outras é hierarquizar e priorizar. Esta seção desdobra como as ressonâncias retóricas operam, apontando para três tipos que são necessariamente situados e,

⁴ Behera et al. (2021) fazem um argumento análogo com relação à ‘securitização’, publicado após a redação deste artigo. Agradeço a um revisor por ter insistido que eu direcionasse atenção a ele.

portanto, inconstantes. Isso se dá com referências ao workshop no Rio e suas discussões sobre militarização e modalidades cotidianas de guerra. O argumento mostra que nomear a militarização nesse contexto gera ressonâncias retóricas que são fundamentalmente importantes para perturbar o militarismo. Como a seção conclui, em contextos como a oficina do Rio é essencial permitir tal nomeação – em vez de tentar fechá-la – mesmo que em outros contextos e sob outras perspectivas a política de tal nomeação seja problemática.

Três formas de “ressonâncias retóricas” da nomeação

Uma discussão sobre as “políticas feministas de nomeação da violência” sugere que a razão pela qual o desacordo sobre como conceituar a violência é tão intenso que as nomeações ‘da violência têm força persuasiva no discurso político. Elas têm poder, em particular, por causa das ressonâncias retóricas da “violência” enquanto um termo’ (Frazer e Hutchings, 2019: 18). Esse argumento chama a atenção para uma primeira maneira significativa em que as nomenclaturas importam: elas ressoam com os *argumentos* nos debates. Tais debates ocorrem entre muitos contextos. Mas debates são necessariamente situados. Nomear “violência” é, portanto, gerar e mobilizar ressonâncias que tendem a variar dependendo do contexto e de quem está falando. O mesmo se aplica à denominação de “militarização”. A militarização é um termo carregado com uma ampla variedade de conotações contextuais. Como tal, ela ressoa nos debates muitas vezes é mobilizada para rearranjar posições. Em adição a isso, estender o argumento de Frazer e Hutchings em duas outras maneiras ajuda a destacar tanto que as ressonâncias retóricas importam, quanto que o fazem de maneiras necessariamente situadas e parciais.

Retomando a referência de Frazer e Hutchings ao “discurso político”, uma primeira extensão do argumento é na direção de esquemas classificatórios. Nomeações e suas ressonâncias em debates situados específicos reafirmam e reencenam esquemas de classificação igualmente conectados, mas também contextuais. Ressoar com os “efeitos de classificação” desses esquemas é colocar em jogo quem e o que é constituído como sujeito e em que tipo de posição (Bourdieu, 1994: 95; Star, 2009). É afetar os processos de subjetivação que constituem aqueles que podem falar e delimitar o que pode ser discutido. As ressonâncias contribuem para a “composição” das pessoas, organizações, questões e problemas que podem legitimamente ser considerados parte de um debate. Para Frazer e Hutchings o que importa é quem e o que é incluído e excluído pelas classificações da violência de gênero e que tipo de processos de subjetivação estão associados a isso. Esses “efeitos classificatórios” obviamente importam para além de qualquer discussão específica, como os procedimentos especiais do ACNUDH da ONU⁵ que debatem como definir a violência baseada em gênero a que Frazer e Hutchings estão se referindo. Os procedimentos especiais sobre gênero e a definição de violência de gênero aumentarão à medida que ressoarem *com* uma rede de práticas e instituições. O ACNUDH da ONU está conectado às instituições da ONU, a grupos ativistas, especialistas, textos legais, entre outros. As ressonâncias ecoam nesses contextos e os debates sobre violência de gênero ecoam dali para outros contextos. Esse processo não é linear e nem mesmo uniforme ou contínuo, mas – como ressonâncias e ecos – é variável, mutável e muitas vezes retorna, para surpreender aqueles que achavam que o processo havia se esvaído e terminado. Mais significativamente, é porque os esquemas de classificação funcionam de forma

⁵ Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) da Organização das Nações Unidas. [Nota da Revisão].

diferente, que o significado analítico e político dessa escalada tende a variar. Analogamente, os esquemas classificatórios que dão nome à militarização estão conectados, mas também contextualmente situados.

O deslocamento da ênfase dos esquemas de classificação dos discursos para suas imbricações com *práticas corporificadas, materiais e estéticas* destaca uma terceira via em que as ressonâncias retóricas têm um significado parcial para além da nomeação que as gerou. As nomeações ressoam com o corporificado e afetivo, que está além da linguagem e, de fato, além das classificações que a linguagem opera e dos debates específicos em que ela é usada. As ressonâncias retóricas têm uma qualidade ‘tátil’. Elas operam através dos rastros que deixam no ‘meio’ ou ‘atmosfera’ das práticas (Foucault, 2007: 21; Sloterdijk, 2005 respectivamente). Elas ressoam nos “espaços afetivos” no centro da “teoria da prática” (Reckwitz, 2012). A retórica linguística ressoa com o material e o corporificado que direciona e orienta. As ressonâncias afetam os “humores” e, portanto, a maneira como “o mundo aparece” para nós (Ahmed, 2014: 14). Elas marcam a “carne social” (Beasley e Bacchi, 2012). A ressonância retórica de estender a violência baseada em gênero para incluir a violência contra homens, por exemplo, ressoa em como o “estupro” enquanto uma “arma de guerra” é traduzido não apenas em esquemas classificatórios, mas em práticas materiais e estéticas corporificadas. Nesse processo, as ressonâncias também estão alterando as atmosferas que criam conexões entre corpos generificados, órgãos sexuais e armas. À medida em que as ressonâncias de incluir a violência contra homens sob o termo “estupro” cruzam contextos, abrem-se novos “caminhos” necessariamente situados que orientam o engajamento com a violência de gênero. O mesmo vale para a militarização. Nomeá-la gerará ressonâncias que são fundamentalmente situadas, mas também conectadas.

As ‘ressonâncias retóricas’ dos nomes – *com* argumentos, *com* classificações e *com* práticas materiais e estéticas corporificadas – fazem com que a nomeação importe não apenas para mobilizar, delimitar e modelar um argumento político específico, mas muito além. Por meio de suas ressonâncias retóricas, as nomeações fazem um “trabalho” político prolongado. Este trabalho é necessariamente parcial, tanto no que se refere a uma política que faz hierarquias e distinções, quanto no fato de que essa política é contextual e específica. *Nomen est Omen*. O provérbio latino recorda tanto o significado de nomear quanto a importância da modéstia em face de suas implicações necessariamente situadas, incertas e abertas. Quem conhece o destino, exceto o oráculo de Delfos, a Sibila, Cassandra ou seus semelhantes? Por implicação, enquanto a política parcial das ressonâncias retóricas (por exemplo, da militarização) torna centralmente importante o envolvimento com a nomeação, a abertura situada e a incerteza dessa parcialidade exigem compromissos cuidadosos e modéstia. Isso sublinha a importância de considerar seriamente a perspectiva de que as políticas de nomeação são necessariamente situadas, e as perspectivas e políticas que se abrem para ela são, portanto, parciais, com a implicação de que preservar, proteger e promover práticas de nomeação em um contexto, mesmo que sejam problemáticas em outro, pode ser importante. É essa perspectiva, que agora vou analisar especificamente com referência ao debate sobre a militarização no workshop do Rio.

Ressonâncias retóricas situadas

Nomear a militarização pode ser altamente problemático em algumas situações. Este foi o ponto que Neocleous quis transmitir quando foi convidado para dar a palestra de abertura no seminário do Instituto de Relações Internacionais da PUC Rio de Janeiro. O seminário se concentrava nas “Modalidades Cotidianas da Guerra”, localizando a militarização como sua parte central. Em conformidade com argumentos apresentados em trabalhos anteriores (2008, 2014, 2016), Neocleous argumentou que o enfoque sobre o militar distrai da polícia e, portanto, da violência generalizada na

sociedade contemporânea. Isso reestabelece a divisão dentro/fora e as conotações de um interior pacífico associado a ela. Fazer isso ofusca a centralidade da polícia para uma longa e contínua história de violência. Portanto, para Neocleous:

“uma ‘tese da militarização’ mais geral é ‘intelectualmente estéril, politicamente debilitante e um bloqueio ao ‘pensamento crítico’(...) isso perpetua uma bela ficção que (...) cede à mitologia do estado liberal (...) e coloca questões equivocadas que se tornam parte do próprio mito” (Neocleous, 2019).

A denúncia da militarização feito por Neocleous é compartilhado por outros. Em uma crítica fortemente articulada da “militarização” que desloca o peso da crítica da distinção militar/policial que está embutida na expressão, para as conotações processuais e temporais da militarização, Alison Howell conclui que devemos, portanto, “esquecer a militarização”. De acordo com ela

“o conceito de ‘militarização’ é pálido e insípido em sua ignorância sobre as relações bélicas que permeiam a ordem civil doméstica ‘pacífica’(...) [e] não pode fazer um balanço dessas histórias [violentas] porque assume uma ordem pacífica que já foi violada pelo militarismo” (Howell, 2018, 7).

Mais uma vez, a conclusão não poderia ser mais clara. Para Howell, a militarização obscurece e de fato perpetua políticas liberais perniciosas. Nomear a militarização nos impede de focar no *problema* (como Bonditti argumentou no seminário do Rio), seja este a violência policial (Neocleous) ou a violência racial, de gênero e colonial (Howell). Nessa perspectiva, não nomear a militarização para abafar ou, melhor ainda, silenciar suas ressonâncias problemáticas, é tanto justificado quanto politicamente necessário. Muitos estudiosos críticos que escrevem sobre militarismo recuaram do termo militarização por esse motivo. Em seu livro, *Resisting Militarism*, Rossdale insere uma nota de rodapé declarando “Sou simpático à crítica da militarização, mas sinto que o conceito de militarismo (em vez de militarização) é capaz de responder a tal desafio” (2019: 63).⁶ Alguns estudiosos do pensamento crítico até preferem evitar completamente as referências ao ‘militar’. A opção de substituir o termo por ‘marcial’ é uma expressão disso (por exemplo, Highgate, 2012; Millar e Tidy, 2017).⁷ Esse recuo do termo “militarização” tem sido particularmente influente, pois se encaixa em uma tendência mais ampla de privilegiar uma terminologia de segurança em detrimento do militar. O termo guarda-chuva mais comumente usado para o trabalho crítico focado em questões de segurança/militar é “estudos críticos de segurança”. A seção específica da Associação de Estudos Internacionais é ‘Estudos de Segurança’. O principal jornal no campo é “Estudos de Segurança”. Segurança tende a se tornar o termo guarda-chuva sob o qual as referências à guerra e às forças armadas são incluídas. Questões militares são “recodificadas em termos de segurança” (Stavrianakis e Stern 2017, 6).

Em contraste, as organizadoras do workshop no Rio de Janeiro estavam claramente interessadas em nomear a militarização. Como já ressaltado, a chamada de trabalhos teve o militarismo cotidiano e a militarização em seu centro. O termo estava no título original. No entanto, à medida que a chamada

⁶ Basham, nesta edição, apresenta um argumento semelhante.

⁷ Desde que a versão original deste artigo foi enviada para revisão (em 2019), tanto a militarização quanto o militarismo recuperaram parte de sua influência em publicações críticas, como mostra a análise das páginas desta revista. Mas veja também, entre muitos, Flores-Macias et al. (2021), Go (2020) ou Ziadah (2019).

de trabalhos (Herz, Tabak e Trindade, 2019) foi redigida, uma das organizadoras me informou que, ao contrário de suas intenções originais, o título da conferência não apresentaria militarismo ou militarização. Isso seria “provocativo demais” no Brasil de Bolsonaro. Um título mais abstrato, como “modalidades cotidianas de guerra”, os substituiu. Na época, os militares estavam se movendo em todas as esferas da vida pública, para “pacificar” comunidades, mas também para controlar a máquina institucional que regula o ensino superior e seu financiamento. Para os participantes brasileiros, militarização chamou a atenção para esses acontecimentos. Falar de militarização nesse contexto é não ignorar a violência policial ou as condições de guerra em que vive grande parte da população do Rio. É evocá-las e perturbá-las. É chamar a atenção para as inflexões de classe, raça e gênero dessa violência. Sugerir que esses acadêmicos supõem que o que precedeu a militarização foi um estado pacífico não racista, não sexista, igualitário, de êxtase liberal, ou que eles ignoram as profundas conexões com as formas neoliberais de governo, não é verossímil. Todos eles escreveram sobre vários aspectos disso, a partir de vários ângulos. É também sua experiência cotidiana. O workshop foi realizado a cinco minutos a pé da Rocinha, uma das maiores “favelas” do Rio - ou “comunidades”, como seus habitantes preferem chamá-las - com uma população estimada de 150 a 300 mil habitantes. Tiroteios são ouvidos diariamente em um campus universitário onde certos prédios são atingidos por balas perdidas e seu fechamento é necessário quando ocorrem grandes operações. O 23º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro está sediado na esquina, na direção oposta. De modo mais geral, o cotidiano carioca está repleto de debates, esquemas classificatórios e experiências corporificadas que lembram a imbricação da polícia na dinâmica da violência. As questões de classe, raça e gênero nessa violência são debatidas publicamente e são uma experiência cotidiana corporificada. Nomear isto de militarização tem sido uma forma de gerar ressonâncias que chamam a atenção e perturbam justamente a violência racial, neoliberal e generalizada da polícia, dos militares e de suas unidades policiais militares híbridas no centro de suas vidas. Pesquisas sobre violência no Rio são, por essa razão, muitas vezes enquadradas em torno da militarização, inclusive pelos participantes do workshop discutido aqui (por exemplo, Leite et al., 2018; Cardoso, 2019).

Esse choque de perspectivas parciais sobre qual o efeito de nomear a militarização ressalta a extensão em que diferem as ressonâncias retóricas de tal nomeação no Rio e em Londres. Contexto e escala importam. Isso pode ser trivial. As implicações práticas e políticas, nem tanto. No mínimo, isso sinaliza a importância de permanecer sintonizado com as características situadas e carregadas de poder dos debates acadêmicos e com a possibilidade de que perspectivas parciais persuasivamente argumentadas e pretendidas - como a apresentada por Neocleous e outros participantes do Reino Unido no workshop - possam reprimir perspectivas parciais que têm importância analítica e política em outros lugares. Referenciar o workshop do Rio é novamente uma forma de esclarecer o ponto. As hierarquias acadêmicas, de gênero e raciais que operam quando um professor sênior do Reino Unido, convidado como uma autoridade acadêmica internacional, participando via Skype da reunião, afirma sua autoridade para postular que o foco do workshop erra o alvo "do problema" são condenatórias, ainda que a afirmação seja bem intencionada e o raciocínio seja elegante. As três organizadoras do workshop eram mulheres; duas delas em precárias posições juniores. Muitos participantes brasileiros publicam principalmente em português. Várias intervenções ocorreram em português, acarretando que os argumentos se tornaram marginais à ‘discussão’ que ocorreu em inglês. Além disso, para esses pesquisadores brasileiros (assim como para qualquer acadêmica submetida à gestão do conhecimento contemporânea) publicar em periódicos internacionais revisados por pares é crucial. Permanecer sintonizado com autoridades e debates “internacionais” é essencial. Neste workshop, esses debates foram encarnados por Neocleous e outros participantes do Reino Unido. O debate sobre as organizadoras nomearem como “militarização” e a crítica de Neocleus a ela não foi apenas um

argumento em uma conversa desimpedida entre iguais. Não é de surpreender que o rebaixamento da militarização a um não problema, a rejeição da chamada para trabalhos, do foco do workshop e das agendas de pesquisa da maioria dos participantes brasileiros encontraram poucas objeções. Esse silêncio emudeceu as ressonâncias analíticas e políticas que o workshop pretendia gerar; ressonâncias que as organizadoras esperavam que chamassem a atenção e perturbassem a militarização no Brasil. Algo significativo foi perdido. Ao se privilegiar um conjunto de ressonâncias retóricas fechou-se a abertura a outro conjunto de referências retóricas.

Ressonâncias retóricas em mutação.

A história das ressonâncias retóricas situadas da militarização não se limita a Londres e Rio ou ao workshop que acabamos de discutir. Muito pelo contrário. É porque as nomeações sempre ressoam *com* algo que elas são tão múltiplas quanto os debates situados, os esquemas classificatórios e as práticas corporificadas pelas quais elas ressoam. Elas diferem na medida em que cruzamos espaços (entre discussões acadêmicas no Rio e Londres ou dentro dos limites de Rio e Londres, por exemplo), mas mais do que isso, eles estão em constante evolução e, portanto, mudando de forma. Os debates acadêmicos no Rio e em Londres não são mais constantes ou fixos do que os processos capilares variados e inconstantes através dos quais as questões militares estão 'difundindo', 'colonizando a vida social e imaginativa' e 'deformando o potencial humano' (Henry e Natanel, 2016; Gusterson e Besteman, 2019: 4). As ressonâncias situadas da nomeação, incluindo a própria nomeação da militarização, estão em constante mudança. Como prosseguirei argumentando com referência especificamente à militarização, reconhecer essa mutação das ressonâncias retóricas é exigir cuidado ao abordar as tensões e contradições das ressonâncias retóricas. E também, mais afirmativamente, ressaltar o valor de trabalhar com essas tensões e contradições.

Insistir na característica variável e mutante da militarização contemporânea que difunde o militarismo é ecoar percepções fundamentais amplamente compartilhadas no conhecimento sobre o tema. A militarização não é um simples processo unidirecional que parte da instituição militar e é levada ao resto da sociedade. Não é redutível à “extensão das práticas militares para a vida civil”, mas é melhor abordado como “a dissolução ou apagamento das distinções entre guerra e paz, militar e civil” (Sjoberg e Via, 2010: 7). A “preparação para a guerra” pode ser uma parte importante da militarização e da geração do militarismo (como argumentado, por exemplo, por Mann, 1987; Stravianakis e Selby, 2012). No entanto, isso não esgota o repertório de processos geradores do militarismo. Portanto, qualquer 'definição' fixa e firme de militarismo é 'muito estática', como Enloe argumentou quando abandonou sua lista de valores que identificavam o militarismo em favor da imagem de 'uma lanterna' gerada por perguntas sobre formas de militarismo situadas e mutantes e a militarização produzida por elas (Enloe, 2007:54 e 55, respectivamente).

Trocar a imagem de Enloe, de uma lanterna gerada por perguntas, por “ressonâncias retóricas” geradas pela nomeação muda a ênfase sobre como capturar o situado e o em transformação de duas maneiras. Primeiro, ao deslocar a imagem de uma luz para a imagem de ressonância, movemo-nos na direção do que Thrift (2008) chama de não representacional; ou seja, para as maneiras pelas quais o não representado também faz parte dos debates. Esquemas classificatórios e afetos não são explicados, mas ainda assim fundamentais. Em outras palavras, isso aprofunda e estende os tipos de processos que são levados em consideração até processos que operam além da linguagem e do pensamento, assim como no interior deles, é claro. Em segundo lugar, ao enfatizar a ressonância, reforça-se o envolvimento do observador nesses processos. Ao invés de simplesmente lançar luz sobre os processos de militarização

de fora, como se eles existissem independentemente da observação, o pesquisador está afetando e sendo afetado por esses processos. As ressonâncias retóricas geradas pelo observador reverberam com os debates e os processos classificatórios e corporificados observados. Em outras palavras, os pesquisadores não são mais apenas observadores externos de como a militarização opera em relação a, por exemplo, raça, gênero e classe (Brown, 1995; Rossdale, 2019; Caltekin, 2020). As ressonâncias geradas pela nomeação fazem parte dessas operações. Elas são internas a eles. Em um nível, isso sublinha a importância de um envolvimento cuidadoso com as mutações situadas dessas operações, já sublinhadas com referência ao workshop do Rio. Em outro nível, mais geral, isso ressalta o papel e a responsabilidade dos pesquisadores em trabalhar com o potencial transformador dos registros situados e em mutação das ressonâncias – inclusive com suas contradições – nesse envolvimento cuidadoso.

A mutante multiplicidade de ressonâncias retóricas situadas e dissonantes geradas pela nomeação da militarização está fadada a gerar uma cacofonia de dissonâncias – como aquelas entre Rio e Londres – que são geradas em cada nomeação, amplificando e complicando a ressonância retórica geral gerada pela nomeação. Entretanto, abster-se do desejo de ordenar essa cacofonia e, em vez disso, trabalhar com ela, é fundamental. É a condição *sine qua non* para manter-se sintonizado precisamente com os processos capilares e em constante mudança, para perturbá-los e intervir neles. Mais imaginativamente, a cacofonia convida ao engajamento em processos situados e mutantes de militarização, mantendo-os presentes. Não consigo pensar em nenhuma maneira melhor de ilustrar isso do que por uma analogia com Sugar Baby de Kara Walker (Figura 1). Walker se envolve com os processos que sustentam histórias, subjetividades e hierarquias generificadas e racializadas, ao trabalhar através do mutante e do situado. Sugar Baby não está gerando uma ressonância singular, ao invés disso ela perturba o que é tomado como certo sobre raça ao ressoar com os muitos, mutáveis

“... blocos de construção invisíveis de nossa realidade social, 'roteirizando' para nós, informando e afetando nosso comportamento e apresentando o maior risco não quando eles são explicitados, mas quando são permitidos afundar na invisibilidade, para parecerem 'naturais' ou 'inevitáveis'” (Smith, 2019: 46).



Figura 1: Kara Walker, A Subtlety, ou the Marvelous Sugar Baby, uma homenagem às artesãs não pagas e sobrecarregadas de trabalho que refinaram nosso doce paladar desde os canaviais às Cozinhas do Novo Mundo. Instalação na Domino Sugar Refinery, Brooklyn (2014).

Sugar Baby muda nossa relação com os “blocos de construção de nossa realidade social”, não nos fazendo raciocinar sobre o racismo ou descrevendo os “aparelhos ideológicos” althusserianos que o sustentam (Eastwood, 2018). Em vez disso, ela está estetizando, erotizando, fetichizando e dramatizando de maneiras provocativas que operam através de contextos e implicam o público que a observa (Smith, 2019: 41). Caricaturas e estereótipos da Sugar Baby, para erodir representações e histórias reenquadrando sua relação com a sociedade ao redor. Ao esculpir o açúcar, Kara Walker explora não apenas as conexões entre escravos e plantações de açúcar e as ressonâncias dessas conexões nas práticas corporificadas do presente. Ela também direciona a atenção para a fragilidade dos blocos de construção onde raça, gênero e classe assentam-se. O açúcar pode desintegrar-se, derreter ou desfazer-se. O cuidado do público é necessário para que Sugar Baby permaneça intacta, assim como é necessário para que os blocos de construção de raça, gênero e classe permaneçam no lugar.

Sugar Baby mostra o que pode ser alcançado não apenas permitindo tensões e contradições, mas trabalhando com elas. Sugar Baby é um monumento ao que pode ser alcançado se, em vez de otimizar e disciplinar as ressonâncias retóricas da nomeação, trabalharmos com elas, isto é, se aproveitarmos ao máximo suas conexões afetivas com debates, esquemas classificatórios e práticas corporificadas, sua multiplicidade de mutações situadas. No contexto de como lidar com as ressonâncias dissonantes geradas pela nomeação da militarização, na verdade precisamos de Sugar Baby não como uma gigante e singular escultura de açúcar, mas como as infinitas possibilidades de trabalhar com ressonâncias

contraditórias, através de contextos para preservar as existentes e resultantes aberturas políticas novas que ela simboliza. Tal abordagem da nomeação e das ressonâncias que ela gera faz com que as tensões entre perspectivas diferentes e parciais sobre as ressonâncias da militarização sejam um problema com o qual devemos ficar e trabalhar. Adotá-la no workshop do Rio teria tornado a discussão politicamente mais produtiva, pois abriria espaço para olhar as rachaduras e aberturas geradas pelas contradições e tensões e trabalhar com elas, ao invés de focar em dissolvê-las e, assim, condensar tais contradições. Adotar essa abordagem é importante para além do workshop específico do Rio, é claro. É importante para todos os contextos em que as ressonâncias retóricas geradas pela nomeação da militarização nos ajudam a lidar com processos situados e mutantes, gerando assim aberturas políticas significativas. Para tornar esse argumento menos abstrato, vou ancorá-lo em um contexto: o dos mercados militares comerciais. Mostro que as múltiplas ressonâncias retóricas, muitas vezes contraditórias, geradas ao nomear a militarização geram importantes aberturas políticas que nos ajudam a lidar com os processos de militarização que geram o “militarismo de mercado”.

Nomeando a militarização, gerando ressonâncias retóricas e problematizando o “militarismo de mercado”

Processos comerciais são fundamentais para a segurança contemporânea, para como ela é praticada, como é compreendida, corporificada e inscrita material e esteticamente na vida contemporânea. Um campo de estudos multifacetado e cada vez mais especializado e sofisticado surgiu abordando uma ampla gama de questões a que esses desenvolvimentos dão origem (para uma visão geral, por exemplo, Abrahamsen e Leander, 2016). Uma das questões levantadas é como compreender a política mais ampla destes processos e, mais centralmente, as formas mutantes de 'militarismo de mercado' associadas a processos comerciais que inscrevem de forma aprofundada em nossas vidas um leque ainda mais amplo de questões de segurança. Para lidar com esses processos, temos que ir além das imagens que se concentram nas manipulações e maquinações da elite de Mill ou do complexo industrial-militar de Eisenhower. Os mercados de que estamos falando há muito tempo saíram do controle de uma elite pequena e bem definida.

Eles são altamente diversificados e segmentados, abrangendo a mais ampla gama de atividades de maneira pesada e em constante expansão, envolvendo a imaginação dos clientes (Leander, 2013, 2018). Por essa razão, precisamos de ferramentas para lidar com processos comerciais – compreendendo-os e perturbando-os. As ressonâncias retóricas geradas ao nomear a militarização são extremamente úteis a esse respeito. Eu chegaria a afirmar que trabalhar com eles, inclusive com suas tensões e contradições, é uma de nossas melhores apostas em uma luta extremamente desigual e árdua. Ressonâncias retóricas chamam a atenção para as formas constantemente mutáveis e situadas como os processos comerciais inscrevem afetivamente o militarismo em debates, esquemas classificatórios e práticas sociomateriais e lembram o papel e a responsabilidade de nossa própria nomeação nesse processo. Desenvolvo esse argumento focando em como a ressonância retórica gerada ao nomear a militarização pode nos ajudar a lidar com quatro processos comerciais mundanos, aparentemente triviais e inócuos, localizados no cerne do “militarismo de mercado”: a gestão, o marketing, a materialização da segurança e a desmobilização da resistência.

Gestão

Adicionar o prefixo 'quase-' ao mercado é mais do que um estilo peculiar. A segurança comercial não é redutível a “mercados privados”. Ela é difundida também no “governo público”. Mercados abrangem militares, funcionários públicos, soldados e regulação pública de empresas, gerentes, empreiteiros e publicitários. Desde o fim da Guerra Fria, houve uma rápida comercialização de questões militares/de segurança. A segurança (pública e privada) agora é ‘gerenciada’. Essa comercialização é, de certa forma, uma questão de terceirização de tarefas públicas para atores do mercado. No entanto, tão importante quanto isso é a transformação das instituições públicas – incluindo ministérios da defesa, forças armadas e polícia – a partir de dentro (Du Gay e Vikkelsø, 2016). Mesmo em questões de guerra e segurança “a cabeça do rei foi cortada” – para usar a imagem que Foucault usou para dizer de como a soberania é distribuída – e a burocracia tornou-se burocrática, com funcionários contratados trabalhando dentro dela. Isso não implica que o soberano ou o burocrata tenham desaparecido. Eles são onipresentes. Estendendo a imagem de Foucault, manchas de sangue do soberano decapitado e traços de burocracia se misturam e marcam tecnologias de governança que são “quase-mercado”. Particularmente na governança militar e de segurança. Burocracias e soberanos apoiam, sustentam e conduzem os processos parcialmente desconectados que dispersam, descentralizam e estendem a governança desses “quase-mercado”. Esses processos são centrífugos. Eles expulsam a autoridade da governança, relacionando uma gama cada vez maior de atores, objetos, processos e tecnologias ao núcleo das atividades militares/de segurança e à sua governança.

Uma forma de capturar a centralidade da gestão para a segurança contemporânea é prestar atenção à crescente centralidade das feiras comerciais (Hoijsink, 2014; Larsson, 2020; Leander, 2019, 2021). Essas feiras estão se proliferando em todas as áreas. Eles atraem empresas, mas também forças armadas e polícia, ONGs, universidades, *think tanks*, instituições internacionais, conselhos/agências de certificação, indivíduos astuciosos e outras categorias em números crescentes. Expositores que não estão diretamente relacionados a assuntos militares/de segurança também conseguem participar. Agentes de viagens, empresas de cinema, provedores de educação, empresas de construção, empresas de análise etc., também expõem em feiras militares/de segurança e contribuem para a constante expansão, diversificação e aprofundamento da segurança em nossas vidas. As feiras tornaram-se locais centrais para a troca de ideias, o desenvolvimento de projetos e a determinação de hierarquias, também para o público. São um tipo de “torneios” rituais (Moeran, 2010) onde os participantes (e nem todos podem participar de todas as feiras) estabelecem hierarquias e prioridades de segurança. O formato de feira comercial associado à gestão da segurança tornou-se tão central que é adotado também para eventos de governança de segurança pública ostensiva – como o *AI for Good Summit* da ITU⁸ ou o *Business and Human Rights* do ACNUR⁹ (Leander, 2021). O formato da feira comercial também é adotado por organizações profissionais do setor de segurança, como a ASIS.¹⁰ Seu escritório nos EUA refere-se à sua convenção anual como “Global Security Exchange”. Os estandes e a multidão no ASIS ‘Global Security Exchange’ fornecem uma imagem condensada do caráter mundano e incontroverso da gestão de segurança (veja a Figura 2). A mudança para a segurança administrativa foi suave e incontroversa. É desinteressante e trivial. Os participantes usam ternos, não uniformes. Nenhum procedimento de segurança é solicitado na entrada. Angustiantes imagens de guerra raramente dominam os estandes. A gestão da segurança, a proliferação comercialmente direcionada e o aprofundamento da inscrição da segurança na vida cotidiana são banais.

⁸ Encontro internacional organizado pelas Nações Unidas para congregar especialistas em inteligência artificial em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da instituição [Nota da Revisão].

⁹ Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [Nota da Revisão].

¹⁰ ASIS é um acrônimo para American Society for Industrial Security. No entanto, hoje é uma sociedade global com ‘seções’ em todo o mundo e por isso só se refere a si mesma pela sigla.

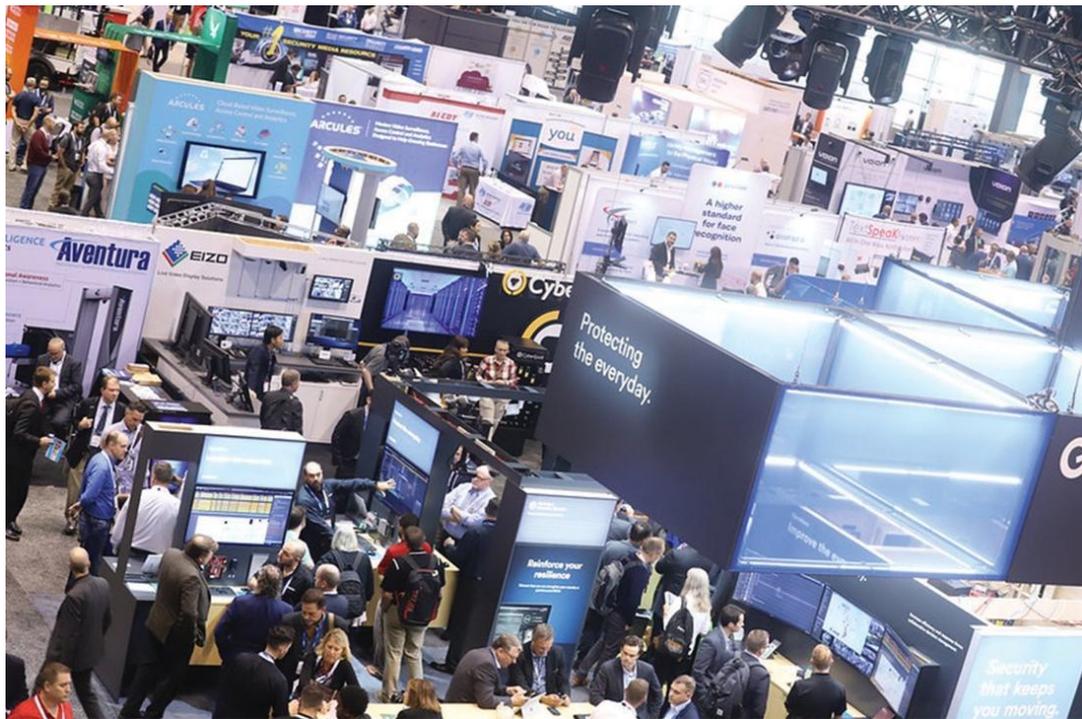


Figura 2: A feira ASIS Global Security Exchange, Chicago 2019. Cortesia de ASIS.

Nomear a militarização é perturbar essa imagem de banalidade. É gerar uma ressonância com o aspecto militar da feira e, assim, ecoar uma desconfiança diversa, amplamente compartilhada e profundamente ancorada em relação aos mercados militares. Se a segurança é um “comércio manchado” (como Thumala, Gould e Loader, 2011 colocam), o comércio militar é evidentemente obscuro. Essa suspeita aos mercados não implica uma ignorância da violência do Estado – colonial, genocida, racista e além. Ao invés disso, o fantasma de Maquiavel conspira com as ansiedades modernistas e as sobras de um ‘monopólio sobre o uso legítimo da força’ weberiano para assombrar os mercados militares como uma espécie de fantasma derridiano. As ressonâncias da militarização evocam esse fantasma e assim ameaçam a imagem da gestão da segurança, banal e inocente, conectando-a à compreensão do que deveria ser público. Ao silenciar tais ressonâncias, nenhum Estado contemporâneo reconhece contar com atores ou tecnologias comerciais para suas atividades militares “centrais”, que eles frequentemente chamam de “inerentemente governamentais” (por exemplo, Wodarg, 2008; Clanahan, 2013). Todos, excluindo a Coreia do Norte, reconhecem fazê-lo para funções não essenciais. Estados “governam” as forças armadas/guerra, mas “gerem” a polícia/segurança. A distinção é desconfortável e repleta de tensões e contradições. Por exemplo, profissionais de segurança pública contratados no Aeroporto de Arlanda (Suécia) oscilam entre apresentar-se como empreendedores inovadores que lutam com as ineficiências das burocracias públicas e como profundamente respeitosos à autoridade pública em questões de segurança (Berndtsson e Stern, 2011). De diferentes maneiras, e obviamente com variações contextuais, tal oscilação entre mercado e repertórios políticos de justificação – e suas respectivas “economias de valor” (Boltanski e Thevenot, 2006) – permeia a governança da segurança contemporânea.

Nomear “militarização” gera ressonâncias com essas oscilações e a gestão da segurança/governo da guerra, tornando-as necessárias. Fazendo isso, dirige-se a atenção para elas, acabando com a

cumplicidade acadêmica sobre elas, tornando-as, portanto, menos brandas. As ressonâncias lembram que a multidão no *Global Security Exchange* e outros fóruns semelhantes *também* estão envolvidos na gestão de assuntos “militares” e que há uma razão para a oscilação entre repertórios contraditórios de profissionais de segurança como os de Arlanda. As ressonâncias nos sintonizam com o viés e as políticas afetivas de silenciamento dos aspectos militares da gestão da segurança, nos estudos acadêmicos e além. A atmosfera apolítica necessária para que a ‘gestão’ da segurança pareça inócua é perturbada. Questões éticas e políticas sobre as implicações de ‘gerir a segurança’ quando a segurança abrange os militares – que a referência à ‘segurança’ engenhosamente exclui – podem ser colocadas e exigem respostas. E, uma vez que começamos a nos perguntar, não há razão para parar no ASIS Global Security Exchange ou no Aeroporto de Arlanda. Em vez disso, nomear a militarização abre a ‘gestão’ da segurança de forma mais geral, obrigando-nos a lidar com a violência ligada a ela.

Marketing

O marketing anda de braços dados com a gestão. O marketing é outro núcleo de um processo mundano e esperado para a segurança comercializada. As empresas fazem isso. Obviamente. No entanto, o mesmo acontece com estados, Forças Armadas, universidades, instituições de caridade e outros expositores em feiras de segurança/militares, conforme exposto. Eles não fazem isso apenas nestes locais, mas também quando estão promovendo seus ‘projetos’, trocando ideias em torno deles e cortejando potenciais clientes e parceiros para desenvolver novos projetos. É difícil superestimar a relevância política do marketing.

O marketing de segurança repousa sobre uma ‘criatividade excepcional’. O que poderia justificar não priorizar a segurança e adotar medidas *excepcionais* para esse fim? Esta é uma pergunta implícita ou explícita em todo o marketing militar/de segurança. O marketing de segurança é ‘securitizante’, mesmo que também funcione com outros registros que tendem a ‘desvincular’ a segurança, incluindo, por exemplo, a difusão de inseguranças, a montagem de suspeitas ou o desenvolvimento de tecnologias de segurança, conforme explorado por Huysmans (2014). As securitizações nem sempre são ‘bem-sucedidas’. Nem sempre o marketing de segurança consegue impor um registro excepcional. No entanto, apenas evocar a segurança é uma maneira poderosa de incutir urgência e exigir atenção que outras formas de marketing não conseguem mobilizar. Esta é uma boa razão para enquadrar o marketing como algo relacionado à ‘segurança’ e, sem dúvida, uma das principais razões para a constante expansão da variedade de participantes nos mercados militares e dos orçamentos dedicados a eles. Os militares e o mercado estão se fundindo, com implicações políticas de longo alcance. O SUV não foi apenas comercializado para os militares no Iraque, mas “a guerra do Iraque tornou-se um comercial estendido para o SUV” (Mirzoeff, 2012: 36-38).

Para além do excepcional, o marketing de segurança mobiliza a *criatividade*. Como em todos os mercados, a inovação é essencial. A gama cada vez maior de expositores nas feiras de negócios simboliza as conexões criativas com a segurança e a guerra. É importante ressaltar que esse marketing muitas vezes inscreve os clientes e potenciais parceiros nesse expansivo processo criativo. Eles ‘co-criam’. Precisamente, por causa do caráter ‘maculado’ do comércio, os provedores de segurança raramente impõem sua visão sobre a segurança. Eles convidam os clientes a imaginar quais ameaças enfrentam para discutir isso com eles. O convite é explícito. Quebra-cabeças, pontos de interrogação e flexibilidade para personalizar são muito importantes. O escopo das ameaças para as quais soluções são comercializadas é restrito apenas pelos limites da imaginação e, portanto, notoriamente expansivos. Elas se tornam ainda maiores pelo convite abstrato e totalmente aberto para imaginar a segurança estendida

(Leander, 2013, 2018). A abstração também distrai e ofusca a desconfortável conexão entre a abertura criativa e o excepcional que torna esse mercado tão eficaz na ampliação das preocupações militares.

O marketing de segurança também aprofunda o domínio das preocupações militares. Como todo marketing, ele opera afetivamente, por meio do ‘impensado’, do emocional e do corporificado. Significado e valores são gerados afetivamente por meio do *branding* na cultura midiática contemporânea, como demonstra o trabalho seminal de Arvidsson sobre o tema (2006; também Arvidsson e Caliandro, 2016). O marketing está no centro da “máquina de ressonância” que “compõe” as vidas contemporâneas (Connolly, 2005). O marketing opera “atmosfericamente” (Feigenbaum e Weissmann, 2016). Ele alimenta a atmosfera de normalidade comercial que facilita a banalização da violência ligada às preocupações militares. Afetivamente e atmosfericamente, o marketing inscreve essas preocupações cada vez mais profundamente em nossas práticas e em nós mesmos. O pôster que compôs a parede de fundo do stand da Oracle no Swiss Cybersecurity Days [Dias de Cibersegurança da Suíça] (12 a 13 de fevereiro de 2020) é um reflexo explícito dessas práticas da própria indústria (veja a Figura 3). A parede do stand estava coberta pela cabeça de uma mulher com uma rede de segurança inscrita dentro de sua cabeça. Ao lado do sistema estão os símbolos de cadeado, de configuração e de avanço. O sistema de IA [inteligência artificial] oferece à mulher a calma inabalável que ela emana. Os símbolos que aparecem nele também nos lembram que ela está presa nele. Suas ‘configurações’ atuais e seus caminhos futuros estão ligados a isso. Essa foi, pelo menos, a interpretação sugerida pelo representante da Oracle no estande. O anúncio foi considerado controverso justamente pela forma como aspirava fundir a mulher e o sistema de segurança. “E agora não podemos escapar dela. Ela está em todo lugar”. A publicidade da Oracle é um exemplo interessante de marketing que é reflexivo sobre como se ‘marcam sujeitos’. Eles não podem mais livrar-se da marca, da mesma forma que os sujeitos marcados ou os escravizados, evocados pelo termo “marcar” (rebrand)¹¹ (Introna, 2017). O marketing aprofunda o domínio da segurança interna.

¹¹ Aqui a autora faz referência aos dois sentidos da palavra marca (brand): o substantivo que se refere a um tipo ou produto (a marca de uma mercadoria) e o verbo marcar (imprimir, indicar, sinalizar). [Nota da Revisão].



Figura 3: Poster usado na parede de fundo do stand da Oracle no Swiss Cybersecurity Days (Freiburgo 12-13 2020).
Cortesia da Oracle.

O marketing obviamente não é apenas sobre expandir horizontalmente o domínio das preocupações militares, mas também aprofundá-las verticalmente. Ele opera tanto a partir de cima, à distância, quanto de baixo, internamente. As ressonâncias da “militarização” têm o potencial de nos ajudar a lidar com essa presença expansiva e profunda de preocupações militares. Precisamente porque ressoam com os processos contraditórios e alternantes de formação de segurança, eles quebram o hábito (e a tentação) de “reificar” sujeitos, valores e processos como (não) militares e, em vez disso, direcionam a atenção problematizando o processo de sua criação e mudança com relação aos militares. Isso é necessário se quisermos lidar com o militarismo (Davies e Philpott, 2012: 57). As ressonâncias da militarização nos sintonizam com as conexões violentas e em transformação do SUV, do Sistema de Segurança Automatizado (Automated Security System, no original) e das subjetividades associadas a eles. Mais do que isso, justamente porque ressoam com o ‘militar’ (entendido como situado e em movimento) nessas transformações, retiram a aura de inocência que a ‘segurança’ oferece. As ressonâncias retóricas da militarização, portanto, perturbam o ‘militarismo de mercado’ difuso, descentralizado e generalizado, gerado na micropolítica do marketing comercial.

Materialização

Processos comerciais também estão materializando as questões militares e as infraestruturas do nosso cotidiano. Por exemplo, as câmeras CCTV reformataram fundamentalmente as preocupações de segurança presentes na vida cotidiana na maioria dos lugares. ‘Smile, you’re on camera’ é tão comum em Londres quanto ‘Sorria, você está sendo filmado’ é no Rio de Janeiro. Esses adesivos lembram a vigilância em curso, brincando com o desconforto ou conforto que ela gera, dependendo do que o

espectador associa a ela. Os adesivos referem-se às muitas câmeras que filmam os leitores e seu entorno. As câmeras localizam profissionais de segurança em nosso meio. Elas distribuem sua presença entre múltiplos espaços, conectando esses espaços e os leitores dos adesivos entre eles mesmos. Os dados coletados pelas câmeras podem, por sua vez, ser conectados a dados semelhantes, registrados por câmeras de CCTV em outros lugares e talvez a bancos de dados e programas de gerenciamento de dados. A câmera conecta os leitores dos adesivos e seus espaços a uma camada de especialistas e tecnologias especializadas na análise de vídeos. Talvez isso inclua empresas, laboratórios e institutos de pesquisa com ferramentas especializadas – por exemplo, software de reconhecimento facial desenvolvido comercialmente. Finalmente, a câmera, os dados, os profissionais, os analistas e os pesquisadores nos conectam a uma variedade de regulamentos, padrões e políticas que abrangem coisas como a instalação das câmeras, como elas podem ser usadas, por quem e como as informações que elas produzem podem ser compartilhadas (dependendo do contexto). No início era a câmera. A câmera de CCTV comercialmente projetada, comercializada, produzida, vendida e adquirida, colocada em um elevador no Rio ou em um ônibus em Londres, está em uma extremidade dessa teia de conexões que vai do adesivo à regulação.

A câmera CCTV é apenas um exemplo de como os processos comerciais estão redesenhando infraestruturas – incluindo elevadores, transporte público, muros, bancos de dados, laboratórios e sistemas regulatórios – inscrevendo neles preocupações militares. Os processos comerciais estão dando forma material ao militarismo em nossas infraestruturas. Isso importa fundamentalmente porque as infraestruturas sustentam nossas vidas diárias. Ficamos em pé no elevador e viajamos em transporte público. Em termos gerais, as infraestruturas:

“(…) constituem o discreto canal de conduta ao determinar os gestos, comportamentos, opiniões e discursos dos seres vivos que certamente ajudariam a explicar por que todos aqueles serviços –aqueles dos quais nosso modo de vida cada vez mais urbanizado depende e é controlado – aparecem como algo dado” (Angélil e Siress, 2018: 887).

Duffield analisou de forma útil as consequências da construção de questões de segurança centradas em infraestruturas no contexto humanitário. Para ele, o resultado é um “arquipélago de espaços internacionais” que perpetua “patologias urbanas” e violências associadas a “uma nova forma de subjetividade de ajuda... baseada na militarização do autogoverno terapêutico” (Duffield, 2010: 464). À medida em que as preocupações se tornam digitalizadas, a militarização se aprofunda e “se entranha nas infraestruturas humanas existentes” (Duffield, 2016: 159).

O significado político das infraestruturas é prontamente ignorado, o que torna fácil desconsiderar a importância dos processos comerciais que redesenham as infraestruturas dando espaço às tecnologias de segurança que elas desenvolvem, materializando o militarismo no processo. É uma afirmação comum dizer que a centralidade das infraestruturas só se torna clara quando elas colapsam. Então, a militarização que está embutida nelas com tecnologias de segurança, incluindo o CCTV e além, por conta disso, está nos escapando. Isso é um exagero, sem dúvida. Os “rosnados” endêmicos são tão integrantes das infraestruturas quanto seu silêncio suave (Miller, 2015). Dito isso, a “discrição” que Angelil e Siress evocam precisará ser perturbada para que tomemos nota. Esta é precisamente a intenção da instalação ‘Crowd’ de Eva Grubinger (Figura 4). Ela desloca as infraestruturas de segurança e vigilância – as barreiras tensas – para os domínios da exposição. Como os curadores da exposição *Invisible Violence* (Violência Invisível) – um dos locais em que a instalação foi exibida – explicam:

“Grubinger nos encoraja a pensar sobre formas de coerção, empregadas especialmente por instituições e corporações, que agrupam e dirigem pessoas e, no limite, as colocam sob escrutínio e controle, muitas vezes sem seu consentimento direto, mas sempre com participação absoluta” (De la Torre, Eric e Kealy, 2014: 41).



Figura 4: Eva Grubinger, Crowd. Installation view Berlinische Galerie / Museum of Modern Art, Berlin (2007). Disponível em: <https://www.evagrubinger.com/home/crowd#image-9>. Cortesia de Eva Grubinger.

As ressonâncias da militarização com os efeitos materializadores dos mercados podem desempenhar um papel análogo. Elas “nos encorajam a repensar”. Elas ressoam nas infraestruturas tranquilizantes como um cenário maçante, um pano de fundo para as coisas importantes. O (comercialmente desenvolvido e promovido) CCTV, as barreiras de pedras que servem como postos de controle, as barreiras tensas, podem ser irritantes e retardar a circulação, mas a maioria das pessoas aceita e se ajusta a eles, assim como os trabalhadores humanitários de Duffield aceitam e se ajustam à sua existência controlada digitalmente. É o preço de estar seguro. A ressonância da militarização com esses processos lembra que a violência e a guerra fazem parte dessa segurança. Ela perturba o viés normativo inerente ao encobrimento disso, ao referir-se consistentemente apenas à segurança e à proteção. As ressonâncias retóricas perturbam a suavidade e a facilidade com que as preocupações militares fabricadas e comercializadas (potencialmente em expansão infinita) são materializadas nas infraestruturas da segurança gerenciada.

Des-Mobilizando

Um dos principais motivos pelos quais a administração, o marketing e a materialização da segurança podem ser tão suaves é que eles encontram pouca oposição. Como já foi amplamente enfatizado, os processos comerciais são predominantemente apresentados como rotas mundanas e inócuas para uma segurança mais eficiente e econômica (no público e no privado). A isto somam-se os efeitos de uma economia do conhecimento que desencoraja a ‘crítica’, particularmente dos processos comerciais. Agências que financiam pesquisas a minam sutilmente por meio de sua escolha de

prioridades de financiamento e sua interpretação de ‘impacto’ e ‘relevância’. Os principais estudiosos que se concentram na segurança privada, portanto, defendem abordagens "pragmáticas" que descartam "posições intransigentes que exigem decisões difíceis e regras obrigatórias" como sendo "contraproducentes" (Avant, 2016: 340).¹² Ativistas e ONGs também dependem de financiamento externo. Eles são, portanto, surpreendentemente “amigáveis” com as empresas e não criticam a comercialização da segurança (Joachim e Schneiker, 2012, 2015). Expressar críticas muitas vezes equivale a optar por não ter voz, não apenas em fóruns políticos e regulatórios oficiais, mas em geral. Essas poderosas tendências despolitizantes e desmobilizadoras e a falta de resistência que as acompanham são cruciais para a constante expansão dos mercados comerciais e os militarismos de mercado associados a eles.

Nomear a militarização é interferir nessa desmobilização de resistência ao ‘militarismo de mercado’. As ressonâncias geradas se reconectam a uma longa e variada história de resistência contra a militarização e o militarismo (Tickner e True, 2018; Ruddick, 2016; Rossdale, 2019). O comunicado à imprensa publicado pela *CodePink* após o incidente da praça Nisour, no qual empreiteiros da Blackwater atiraram e mataram 17 civis em Bagdá, opera exatamente essa reconexão (Figura 5). Nele, o *CodePink* subverte o jargão comercial a partir do exagero, usando "caricaturas e estereótipos, erodindo representações e histórias padrão, reenquadrando nossas relações com” tal jargão, assim como a Sugar Baby de Kara Walker faz com os blocos de construção invisíveis do racismo. O comunicado à imprensa se reconecta com as questões militares ao conectar a Blackwater e “mercenário” e apresentando satiricamente seu “novo departamento de integridade corporativa”. O comunicado à imprensa transita entre o ficcional/absurdo e o atual/real. Max Boot fez as declarações citadas no plenário. A Blackwater tinha um código de ética e uma série de iniciativas de responsabilidade social corporativa. A proximidade com o real fez com que a rede de notícias CBS confundisse o comunicado de imprensa com um da Blackwater e o comentasse como tal, oferecendo uma audiência mais ampla do que seria o caso.

Blackwater anuncia Novo Departamento de Integridade Corporativa

Comunicado de Imprensa, 30 de outubro de 2007 (extrato)

...

“Blackwater se tornou sinônimo de mercenário, mas o público não entende que mercenário tem sido um termo positivo ao longo da história”, disse Max Boot, do Conselho de Relações Exteriores, no plenário de abertura do IPOA. ‘Os mercenários prestaram serviços a reis, papas e governos nacionais que os exércitos não poderiam fornecer. Portanto, em vez de fugir do rótulo de mercenário, a Blackwater deveria adotá-lo e recuperar o termo.’

Dirigindo o novo Departamento de Integridade Pública está Kitty Laver, que tem 20 anos de experiência em relações públicas e responsabilidade corporativa. 'Meu trabalho é colocar a misericórdia de volta em mercenário'¹³, diz Laver, que revelará o novo código de conduta do departamento e apresentará novas medidas que a corporação está tomando para responsabilizar seus funcionários e contratados por comportamento antiético.

<http://codepinkdc.blogspot.com/2007/10/code-pink-dc-introduces-blackwaters-new.html>

¹² Veja também a discussão em <http://www.isanet.org/Publications/ISQ/Posts/ID/5353/categoryId/102/Can-Networks-Govern>.

¹³ Jogo de palavras entre misericórdia (mercy) e mercenário (mercenary). [Nota da Revisão].

Figura 5. Departamento de integridade corporativa da Blackwater.

Ao combater a surdez política associada ao jargão de segurança de inflexão comercial, as ressonâncias retóricas da militarização também sintonizam os ouvintes com as conexões (e tensões) entre diferentes formas de resistência antimilitarista. Elas deixam claro que protestos como o do *CodePink* ocorrem na mesma tonalidade que outros antimilitarismos nas políticas queer, racial, ambiental ou indígena (Esparza, 2017; Ray, 2018). As harmonias, mas também as dissonâncias da polifonia antimilitarista resultante, se tornam audíveis. Embora as ressonâncias possam abrir caminho para alianças, elas não podem gerar um movimento antimilitarista unificado e singular. Dito isto, o ruído do desacordo e do dissenso quebra o silêncio que despolitiza os mercados e, portanto, desmobiliza a resistência contra eles e o ‘militarismo de mercado’ que eles produzem.

Conclusão

Na Macedônia, “A postergação de uma resolução da questão do nome ‘tornou-se’ um estranho alibi para não dizer toda a verdade, ou mesmo um quarto da verdade” (Milevska, 2014: 120-121). O argumento aqui se concentrou em como a urgência de resolver um problema de nome também pode funcionar como um “alibi para não dizer a verdade, ou mesmo um quarto dela”. Mais precisamente, usei uma provocação de Neocleous como um convite para me engajar com a urgência mais geral de resolver os problemas muito reais de nomear “militarização”, seja “esquecendo-a” ou relegando-a ao status de não problema. Fiz isso mostrando a importância analítica e política das “ressonâncias retóricas” da militarização. Depois de introduzir a noção de ressonâncias retóricas como útil para desviar a atenção para as dimensões afetivas através das quais as nomeações se relacionam com os debates, esquemas classificatórios e práticas corporificadas, insisti que as ressonâncias são múltiplas, situadas e em mutação. A consequência disso é que focar exclusivamente em um tipo de ressonância é negligenciar outras ressonâncias que podem oferecer importantes aberturas analíticas e políticas, e ainda mais fundamentalmente, abrir mão da possibilidade de trabalhar com tensões e contradições proporcionadas pela multiplicidade cacofônica de ressonâncias. Constituí esse argumento geral com referências ao workshop no Rio sobre as *Modalidades Cotidianas de Guerra*, do qual surgiu este dossiê especial. Em seguida passei a elaborar, aprofundar e ancorar esse argumento especificamente com referência à importância analítica e política da ressonância retórica da militarização, para analisar e problematizar os processos comerciais que inscrevem o militarismo cada vez mais profundamente nas vidas contemporâneas. Sugeri que as ressonâncias retóricas nos ajudam a lidar e problematizar a *gestão* que contribui para difundir as preocupações militares, o *marketing* que contribui para aprofundar seu domínio, a *materialização* que a transforma em infraestruturas, e a *desmobilização* da resistência que dificulta tanto a crítica quanto a resistência política. Eu poderia usar as palavras de Neocleous para minha conclusão, exceto ao contrário. *Não* trabalhar com a militarização – ao invés de trabalhar com ela, como ele argumenta – seria “intelectualmente estéril, politicamente debilitante e um bloqueio ao pensamento crítico” (Neocleous 2019).

A leitora terá percebido que chego a esta conclusão não argumentando que Neocleous, ou qualquer um dos outros críticos da militarização que cito acima, estão “errados” em suas críticas à militarização. Isto é de propósito. A crítica deles tem méritos. Minha inequívoca discordância é com as conclusões abrangentes que derivam disso. Os argumentos deles direcionam uma justificada atenção para as maneiras pelas quais o foco na ‘militarização’ pode nos distrair de formas e histórias de violência. Esta é obviamente uma observação importante. No entanto, a militarização também faz muitas outras

coisas, e algumas delas são fundamentalmente importantes. A maior parte deste artigo foi dedicada a detalhar algumas dessas outras coisas, a saber: as aberturas analíticas e políticas com respeito ao militarismo de mercado. Cultivar essas aberturas é importante. Trabalhar *com* as críticas da ‘militarização’ – incluindo as de Neocleous e Howell – pode ser uma forma de fazer isso. Isso nos sintoniza com aspectos problemáticos das ressonâncias retóricas da militarização. Isso também nos sensibiliza para os fechamentos que as ressonâncias retóricas trazem em alguns contextos. Fazendo isso, abre-se caminho para trabalhar com as contradições e tensões entre ressonâncias situadas e em mutação; isto é, com a própria transformação das ressonâncias retóricas. Isso, no entanto, apenas reforça o ponto reproduzido acima: sinaliza a importância de trabalhar com a militarização, integrando a crítica a ela. Isso é bem diferente de descartá-la como irrelevante ou praticar uma amnésia autoinduzida.

Essa provocação (de volta) não é uma polêmica do tipo que Foucault nos adverte contra. Pelo contrário, como a maioria das provocações, ela é produzida para desencadear reflexões e, especificamente, uma reflexão de dois tipos: primeiro, sobre a possibilidade de trabalhar com a militarização para criar ranhuras na superfície suave do militarismo e das “modalidades cotidianas da guerra”. Em segundo lugar, sobre o significado de trabalhar *com* – com os conceitos, suas ressonâncias e críticas – a “arte feminista” de construir alianças, pegando emprestada a proposta de Enloe.

Agradecimentos

Sem o incentivo de Monica, Jana e Manu eu nunca teria escrito este artigo. As conversas com Bruno Cardoso e Marcia Leite estão na origem de muitas das ideias deste artigo. As professoras Lia Rocha e Jana Tabak e seus alunos generosamente discutiram ideias preliminares comigo em um seminário interdepartamental na UERJ. Em Genebra, Pedro Maia e Luisa Lobato trocaram ideias. Madeleine Reeds (da Women's International League for Peace) e Cynthia Enloe foram as principais fontes de inspiração. Agradeço finalmente a um dos meus revisores anônimos pelo envolvimento construtivo e à equipe editorial pela gestão do processo. Sem eles, a primeira parte deste artigo não teria sido escrita e a segunda parte teria adotado o tom da provocação a que responde.

Declaração

Nenhum potencial conflito de interesse foi relatado pelo(s) autor(es).

Financiamento

Este trabalho foi apoiado pela Swiss National Science Foundation a partir do projeto *Infrastructuring Democracy: As políticas regulatórias de Código Digital, Conteúdo e Circulação*. Número de projeto: IZBRZ1 186301.

Referências

ABRAHAMSEN, R., and A. LEANDER. *Routledge Handbook of Private Security Studies*. London et al: Routledge, 2016

AHMED, S. "Not in the Mood." *New Formations* 82 (82): 13–28. doi:10.3898/NeWF.82.01, 2014.

ANGÉLIL, M., and C. SIRESS. *Mirroring Effects: Tales of Territory*. Berlin: Ruby Press, 2018.

ARVIDSSON, A. *Brands: Meaning and Value in Media Culture*. London and New York: Routledge, 2006.

ARVIDSSON, A., and A. CALIANDRO. "Brand Public." *Journal of Consumer Research* 42 (5): 727–748. doi:10.1093/jcr/ucv053, 2016.

AVANT, D. D. "Pragmatic Networks and Transnational Governance of Private Military and Security Services." *International Studies Quarterly* 60 (2): 330–342. doi:10.1093/isq/sqv018, 2016.

BEASLEY, C., and C. BACCHI. "Making Politics Fleshly: The Ethic of Social Flesh." In *Engaging with Carol Bacchi: Strategic Interventions and Exchanges*, edited by A. Bletsas and C. Beasley, 99. Adelaide: University of Adelaide Press, 2012.

BEHERA, N., CHADHA, HINDS, K., and TICKNER, A. "Making amends: Towards an antiracist critical security studies and international relations". *Security Dialogue*, 52 (1): 8–16, 2021.

BERNDTSSON, J., and M. STERN. "Private Security and the Public-Private Divide. Contested Lines of Distinction and Modes of Governance in the Stockholm- Arlanda Security Assemblage." *International Political Sociology* 4 (5). 408–425, 2011

BOLTANSKI, L., and L. THEVENOT. *On Justification. The Economies of Worth*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BOURDIEU, P. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.

BROWN, W. *States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

CALTEKIN, D. A. "Making Sense of Militarism through Antimilitarists' Resistance Strategies." *Critical Military Studies* 8 (2): 198–213, 2020.

CARDOSO, B. "Estado, Tecnologias De Segurança E Normatividade Neoliberal." In *Tecnopolíticas Da Vigilância: Perspectivas Da Margem*, edited by F. Bruno, B. Cardoso, M. Kanashiro, L. Guilhaon, and L. Melgaço. 91–106. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CLANAHAN, K. D. "Wielding a Very Long, People-Intensive Spear: Inherently Governmental Functions and the Role of Contractors in Us Department of Defense Unmanned Aircraft Systems Missions." *AFL Rev* 70: 119, 2013.

CONNOLLY, W. E. "The Evangelical-Capitalist Resonance Machine." *Political Theory* 33 (6): 869–886. doi:10.1177/0090591705280376, 2005.

DAVIES, M., and S. PHILPOTT. "Militarization and Popular Culture." In: K. Gouliamos and C. Kassimeris (org.) *The Marketing of War in the Age of Neo-Militarism*. London: Routledge, p. 42–59, 2012.

DE LA TORRE, B., Z. ERIC, and S. KEALY. *Invisible Violence: Exhibition Catalogue*. 9 May 30 June. Belgrade: Museum of Contemporary Art, 2014.

Douzinias, C. 2012. "Stasis Syntagma: The Names and Types of Resistance." In *New Critical Legal Thinking*, edited by M. Stone, I. R. Wall, and C. Douzinias, 42–55. New York: Birkbeck Law Press.

DOUZINAS, C. "Stasis Syntagma: The Names and Types of Resistance." In: M. Stone, I. R. Wall, and C. Douzinias (org.) *New Critical Legal Thinking*, New York: Birkbeck Law Press, p. 42–55, 2012.

DU GAY, P., and S. VIKKELSØ. *For Formal Organization: The past in the Present and Future of Organization Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

DUFFIELD, M. "Risk Management and the Fortified Aid Compound: Every-Day Life in Post-Interventionary Society." *Journal of Intervention and Statebuilding* 4 (4), p. 453–474. doi:10.1080/17502971003700993, 2010.

DUFFIELD, M. "The Resilience of the Ruins: Towards a Critique of Digital Humanitarianism." *Resilience* 4 (3): 147-165. doi:10.1080/21693293.2016.1153772, 2016.

EASTWOOD, J. "Rethinking Militarism as Ideology: The Critique of Violence after Security." *Security Dialogue* 49 (1-2): 44-56. doi:10.1177/0967010617730949, 2018.

ENLOE, C. *Globalization and Militarism; Feminists Make the Link*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

ESPARZA, M. *Silenced Communities: Legacies of Militarization and Militarism in a Rural Guatemalan Town*. New York: Berghahn Books, 2017.

FEIGENBAUM, A., and D. WEISSMANN. "Vulnerable Warriors: The Atmospheric Marketing of Military and Policing Equipment before and after 9/11." *Critical Studies on Terrorism* 9(3): 1-17, 2016.

FLORES-MACÍAS, G. A., and J. ZARKIN. "The Militarization of Law Enforcement: Evidence from Latin America." *Perspectives on Politics* 19 (2): 519-538. doi:10.1017/S1537592719003906, 2021.

FOUCAULT, M. *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

FRAZER, E., and K. HUTCHINGS. "The Feminist Politics of Naming Violence." *Feminist Theory* 21 (2): 199-216, 2019.

GO, J. "The Imperial Origins of American Policing: Militarization and Imperial Feedback in the Early 20th Century." *American Journal of Sociology* 125 (5): 1193-1254. doi:10.1086/708464, 2020.

GUSTERSON, H., and C. BESTEMAN. "Cultures of Militarism: An Introduction to Supplement 19." *Current Anthropology* 60 (S19): S3-S14. doi:10.1086/700648, 2019.

HARAWAY, D. "Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of the Partial Perspective." *Feminist Studies* 14 (3): 575-599. doi:10.2307/3178066, 1988.

HENRY, M., and K. NATANEL. "Militarisation as Diffusion: The Politics of Gender, Space and the Everyday." *Gender, Place & Culture* 23 (6): 850–856. doi:10.1080/0966369x.2016.11641123, 2016.

HERZ, M., J. TABAK, and M. TRINIDADE. "Call for Papers" Discussed at the Everyday Modalities of War: The Circulation of Security Practices in Local and Global Perspectives. An International Seminar held at PUC Rio de Janeiro, 4-6 September, 2019.

HIGHGATE, P. "Martial Races and Enforcement Masculinities of the Global South: Weaponizing Fijian, Chilean and Salvadoran Postcoloniality in the Mercenary Sector." *Globalizations* 9 (1): 35–52, 2012.

HOIJTINK, M. "Capitalizing on Emergence: The 'New' Civil Security Market in Europe." *Security Dialogue* 45 (5): 458–475. doi:10.1177/0967010614544312, 2014.

HOWELL, A. "Forget "Militarization": Race, Disability and the "Martial Politics" of the Police and of the University." *International Feminist Journal of Politics* 20 (2): 117–136. doi:10.1080/14616742.2018.1447310, 2018.

HUYSMANS, J. *Security Unbound: Enacting Democratic Limits*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

INTRONA, L. D. "Die Algorithmische Choreographie Des Beeindruckbaren Subjekts." In: R. Seyfert and J. Roberge (org.) *Algorithmenkulturen. Über Die Rechnerische Konstruktion Der Wirklichkeit*, 41–74. Bielefeld: *Kulturen der Gesellschaft*, Band 26, 2017.

JOACHIM, J., and A. SCHNEIKER. "Warum so Freundlich? Der Umgang Von Ngos Mit Privaten Sicherheits- Und Militärfirmen." In: C. Daase, P. Offermann, and V. Rauer (org.), *Sicherheitskultur. Analysen Zur Sozialen Praxis Der Gefahrenabwehr*, 277–300. Frankfurt: Campus Verlag, 2012.

JOACHIM, J., and A. SCHNEIKER. "NGOs and the Price of Governance: The Trade-Offs Between Regulating and Criticizing Private Military and Security Companies." *Critical Military Studies* 1 (3): 185–201, 2015.

LARSSON, S. "The Civil Paradox: Swedish Arms Production and Export and the Role of Emerging Technologies." *International Journal of Migration and Border Studies* 6 (1/2): 26. doi:10.1504/IJMBS.2020.108682, 2020.

LEANDER, A. “Marketing Security Matters: Undermining De-Securitization Through Acts of Citizenship”. In: X. Guillaume and J. Huysmans (org.) *Security and Citizenship: The Constitution of Political Being*, 97–113. Routledge, 2013.

LEANDER, A. “The Politics of Legal Arrangements: The “Duty of Care” Justifying, Extending and Perpetuating Public in the Private Forms of Protection”. *Indiana Journal of Global Legal Studies* 25 (1): 265–290, 2018.

LEANDER, A. “Sticky Politics: Composing Security by Advertising Tracking Devices”. *European Journal of International Security* 4 (3): 322–344, 2019.

LEANDER, A. “The Politics of Neo-Liberal Rituals: Performing the Institutionalization of Liminality at Trade Fairs”. In: S. Rai, M. Gluhovic, S. Jestrovic, and M. Saward (org.) *The Oxford Handbook of Politics and Performance*, 307–325. Oxford University Press, 2021.

LEITE, M., L. ROCHA, J. FARIAS, and M. CARVALHO. *Militarização no Rio de Janeiro: Da Pacificação à Intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

MANN, M. “The Roots and Contradictions of Modern Militarism.” *New Left Review* 162 (2): 27–55, 1987.

MILEVSKA, S. “The Lack and Its “Supplement”: Visible Monuments, Intolerable Violence”. In: B. De la Torre, Z. Eric, and S. Kealy (org.) *Invisible Violence: Exhibition Catalogue*, , edited by 118–127, 9 May –30 June 2014. Belgrade: Museum of Contemporary Art, 2014.

MILLAR, K. M., and J. TIDY. “Combat as a Moving Target: Masculinities, the Heroic Soldier Myth, and Normative Martial Violence.” *Critical Military Studies* 3 (2): 142–160. doi:10.1080/23337486.2017.1302556, 2017.

MILLER, R. *Snarl: In Defense of Stalled Traffic and Faulty Networks*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2015.

MIRZOEFF, N. *Watching Babylon: The War in Iraq and Global Visual Culture*. New York: Routledge, 2012.

MOERAN, B. "The Book Fair as a Tournament of Values." *Journal of the Royal Anthropological Institute* 16 (1): 138-154. doi:10.1111/j.1467-9655.2009.01601.x, 2010.

NEOCLEOUS, M. *Critique of Security*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

NEOCLEOUS, M. *War Power, Police Power*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

NEOCLEOUS, M. *Universal Adversary: Security, Capital and 'The Enemies of All Mankind'*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2016.

NEOCLEOUS, M. "Militarization Is Not the Problem." In *Everyday Modalities of War: The Circulation of Security Practices in Local and Global Perspectives*. International Seminar 4-6 September, 1-8. IRI P.U.C. Rio de Janeiro, 2019.

RAY, V. "Militarism as a Racial Project". In: Batur, P., and Feagin, J. (org.) *Handbook of the Sociology of Racial and Ethnic Relations*, 161-168. Cham, Switzerland: Springer, 2018.

RECKWITZ, A. "Affective Spaces. A Praxeological Outlook." *Rethinking History* 16 (2): 241-258. doi:10.1080/13642529.2012.681193, 2012.

ROSSDALE, C. *Resisting Militarism. Direct Action and the Politics of Subversion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

RUDDICK, S. "A Women's Politics of Resistance." In: L. May (org.) *Applied Ethics: A Multicultural Approach*, 226-333. London: Routledge, 2016.

SJOBERG, L., and S. VIA. "Introduction." In: L. Sjoberg and S. Via (org.) *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*, 1-13. Santa Barbara, CA: Praeger Security International, 2010.

SLOTERDIJK, P. "Atmospheric Politics." In: B. Latour and P. Weibel (org.) *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*, 994-951. Harvard: MIT Press, 2005.

SMITH, S. "What Do We Want History to Do to Us?" In: Kara Walter (org.) *Hyundai Commission: Fons Americana Exhibition 2 October 2019 3 April 2020*, 32-54. London: Tate Publishing, 2019.

STAR, S. L. *Standards and Their Stories: How Quantifying, Classifying and Formalizing Practices Shape Everyday Life*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

STAVRIANAKIS, A., and M. STERN. "Militarism and Security: Dialogue, Possibilities and Limits." *Security Dialogue* 49 (1-2): 3-18. doi:10.1177/0967010617748528, 2017.

STENGERS, I. "A Constructivist Reading of Process and Reality." *Theory, Culture & Society* 25 (4): 91-110. doi:10.1177/0263276408091985, 2008.

STRAVIANAKIS, A., and P. SELBY. *Militarism and International Relations: Political Economy, Security, Theory*. London: Routledge, 2012.

THRIFT, N. *Non-Representational Theory: Space, Politics, Affect*. London and New York: Routledge, 2008.

THUMALA, A., B. GOOLD, and I. LOADER. "A Tainted Trade? Moral Ambivalence and Legitimation Work in the Private Security Industry." *The British Journal of Sociology* 62 (2): 283-303. doi:10.1111/j.1468-4446.2011.01365.x, 2011.

TICKNER, J. A., and J. TRUE. "A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda." *International Studies Quarterly* 62 (2): 221-233, 2018.

WODARG, W. *Private Military and Security Firms and the Erosion of the State Monopoly on the Use of Force*. Strasbourg: Parliamentary Assembly, Political Affairs Committee, 2008.

ZIADAH, R. "Circulating Power: Humanitarian Logistics, Militarism, and the United Arab Emirates." *Antipode* 51 (5): 1684-1702. doi:10.1111/anti.12547, 2019.